

DIDÁTICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CONTRIBUIÇÕES DA CURADORIA DOCENTE PARA A APLICAÇÃO DA LEI 10639/03

DIDACTIC AND ANTI-RACIST EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF TEACHING CURATORS TO LAW APPLICATION 10639/03

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3294-460X> Lara Rodrigues Pereira^A
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8000-9130> Jilvania Lima dos Santos Bazzo^B

^A Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

^B Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil

Recebido em: 28 fev. 2022 | Aceito em: 03 out. 2023

Correspondência: Lara Rodrigues Pereira (lararp81@gmail.com)

Resumo

A Lei 10.639 completa vinte anos e sua aplicação na escola está ligada às escolhas de docentes, no que diz respeito aos materiais e abordagens que serão usados em sala de aula. A partir disso, problematizamos o conceito de curadoria, importado do universo das artes para o campo da educação, apresentando algumas possibilidades de atuação dos professores como agentes promotores de mediações artístico-culturais, para o trato com a História e cultura africana e afro-brasileira. Escolhemos o cinema como campo de reflexão para a curadoria docente, uma vez que se trata de mídia complexa e linguagem híbrida com acesso e uso recorrente no âmbito escolar. A ideia central corresponde a um contraponto, operado por meio da escola, aos filmes que normalmente circulam e são consumidos pelos estudantes. Ofertar audiovisuais raramente disponibilizados pela indústria de massa é papel da instituição escolar, considerando que tais obras possuem potência crítico-reflexiva para a abordagem dos diversos conhecimentos que são tratados nesses ambientes e cujas gramáticas precisam ser aprendidas. Elegemos discutir, especificamente, sobre a história da escravidão, as resistências e seus desdobramentos, desde o Brasil colonial, por meio do audiovisual **A última abolição**, construído para além do circuito da indústria de massa, em razão de sua profundidade estética e narrativa, importantes elementos mediadores para o acesso ao conhecimento curricular. Essa pesquisa opera na defesa pela atuação dos profissionais da educação básica como curadores do conhecimento artístico, em especial da linguagem audiovisual, por entendermos que eles/elas podem ser agentes da expansão do repertório artístico-cultural dos/das estudantes.

Palavras-chave: Didática, Cinema, Educação Básica Antirracista, Curadoria.

Abstract

We problematize the concept of curatorship, imported from the world of arts to the field of education, presenting some possibilities for teachers to act as promoters of artistic-cultural mediations. We chose cinema as a field of reflection for the teaching curatorship, since it is a complex media and a hybrid language with recurrent access and use in the school environment. The central idea corresponds to a counterpoint, operated through the school, to the films that are normally circulated and consumed by students. Offering audiovisuals rarely made available by the mass industry is the role of the school institution, considering that such works have critical-reflective power to approach the various knowledge that are dealt with in these environments and whose grammars need to be learned. We chose to



discuss, specifically, the history of slavery, the resistance and its consequences, since colonial Brazil, through the audiovisual **The Last Abolition**, built beyond the mass industry circuit, due to its aesthetic and narrative depth, which are important mediating elements for access to curricular knowledge. This research works in defense of the role of basic education professionals as curators of artistic knowledge, especially of audiovisual language, as we understand that they can be agents of the expansion of the students' artistic-cultural repertoire.

Keywords: Didática, Cinema, Education Basic Anti-racist, Curation

Introdução

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão do contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição. (ALMEIDA, 2019, p.115)

Silvio Almeida

Uma didática antirracista é baseada no mapeamento sobre como a diversidade é tratada no âmbito escolar, para que a partir desse diagnóstico possam ser feitas interferências nas construções e reformulações das rotinas escolares. Corroboramos Nilma Lino Gomes quando afirma que: “Se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual as diferentes presenças se encontram. Então, como essa instituição poderá omitir o debate sobre a diversidade?” (GOMES, 2007, p.23)

A lei 10.639 significou uma possibilidade para o espraio da diversidade cultural brasileira no âmbito escolar, contudo essa incorporação no currículo “deve ser entendida não como uma ilustração ou modismo. Antes, deve ser compreendida no campo político tenso no qual as diferenças são produzidas” (GOMES, 2007, p.29). O direito a uma educação antirracista baseada na diversidade, como aponta a autora, passa por tensionamentos e por escolhas curriculares, nesse sentido discutir a História e Cultura Africana e afro-brasileira significou a revisão sistemática de posturas, valores, representações e preconceitos no universo escolar. Algo que ajudou a produzir novas narrativas sobre a população negra brasileira, a escravidão, a resistência a ela e os desdobramentos, para o presente, do modo de exploração escravocrata.

Nesse artigo dividido em duas partes abordamos, em um primeiro momento, o conceito de Curadoria Docente com o intuito de observar que o trabalho pedagógico é uma constante curadoria de conhecimentos, ou seja: seleção, sistematização e disponibilização de saberes. A construção de uma educação antirracista passa pela escolha de materiais que ajudem a construir tal perspectiva. Nesse sentido estimulamos a escolha de um documentário,

para além do circuito comercial, cuja narrativa mapeia a escravidão brasileira e os movimentos de resistência construídos por pessoas pretas escravizadas e libertas, o que nos leva para a segunda parte desse estudo. A partir da análise do documentário **A última Abolição**, apontamos caminhos didáticos, por meio do uso de audiovisuais, para a construção de uma educação antirracista.

Curadoria Docente e a Lei 10.639

A lei 10.639 é um marco histórico, resultante da mobilização de Movimentos Sociais, sobretudo o Movimento Negro Unificado, cujo objetivo visa a renovação da educação básica brasileira, isso pois, historicamente o racismo foi construído como um discurso hegemônico também dentro dos muros da escola (GONÇALVES, 2018). Reconfigurar currículos escolares tendo em vista a incorporação urgente da história e cultura africana e afro-brasileira, proporcionou uma série de discussões ao longo desses vinte anos de aplicação da lei.

Hoje continuamos enfrentando muitos problemas referentes à formação inicial e continuada de docentes advindos de todas as licenciaturas, no que diz respeito à incorporação dessa temática em suas práticas, mas a transformação ocorrida, desde 2003 é inegável. São muitas as lacunas na construção de uma educação que valorize a História e Cultura africana e Afro-brasileira, sobretudo nas áreas exatas, em contrapartida nas humanidades percebemos uma maior incorporação desses temas identitários e prementes nos fazeres docentes.

Identificamos que professoras/es são decisivos para a construção de conhecimentos. Dessa forma tomamos como proposta pedagógica, a identificação da docência com a curadoria, algo que remete a uma valorização da atuação docente. Compreender que nossas escolhas de materiais, temas, conteúdos, e a maneira como os disponibilizamos, impactam a aprendizagem discente é estabelecer um compromisso com a construção da cidadania e a revisão de práticas silenciadoras da multiculturalidade que habita a escola. Por essa razão identificamos na curadoria docente comprometida com práticas antirracistas, o condão para a incorporação necessária do que apregoa a lei 10.639.

No campo artístico, a curadoria pode ser reconhecida como a mediação entre o público e as obras de arte. Tal mediação, por sua vez, foi historicamente construída com o intuito de organizar acervos ainda no século XIX, o que transformaria a experiência das pessoas por meio da organização e exposição dessas peças artísticas. O trabalho dos curadores é o de seleção com a intenção de estabelecer conexões entre temas, temporalidades, autores em um diálogo sensorial e afetivo que resultará em distintas apropriações por distintos sujeitos. O

protagonismo dos artistas passa a ser dividido com os curadores das exposições, o que intensifica o seu papel criativo.

Esse movimento entre curadoria, obras de arte e mediação da linguagem artística nos leva à seguinte reflexão: a seleção, organização e exposição dos recursos artísticos são, no que diz respeito à apropriação por parte da audiência, tão relevante quanto à produção artística. Ao longo do século XX a aparição do artista curador e a curadoria como obra de arte se intensificam tornando as fronteiras entre criação e curadoria ainda mais fluídas.

O conceito de curadoria considerando suas três dimensões: seleção, organização e exposição, pode ser apropriado em processos de ensino, sobretudo se entendermos que a Pedagogia é “a ciência que investiga a teoria e a prática da educação nos seus vínculos com a prática social global” (LIBÂNEO, 2013, p.13), assim como a Didática, por ser um dos principais campos de conhecimento pedagógico, haverá de contribuir para a compreensão dos objetivos, dos conteúdos, dos meios e das condições desse processo de ensino. Outrossim, identificamos que a atuação docente é, em grande medida, marcada pela seleção e organização de conteúdos que serão disponibilizados, expostos para os estudantes e transformados em conhecimentos por meio de atividades de estudos e pesquisas.

A professora e o professor são, ainda que inadvertidamente, curadores de conhecimentos, tarefa árdua e indispensável para a concretização de seus fazeres. Pode-se argumentar que os currículos institucionalizados acabariam operacionalizando a tarefa de seleção daquilo que é considerado importante, decretando conhecimentos validados para serem ensinados e aprendidos. Contudo, há de se observar que em meio a uma matriz curricular, em grande medida extensa, imprecisa e sumariada, o farol que orientará a atuação dos professores e a das professoras é a sua capacidade de seleção e organização. Esse processo de escolhas tal qual ocorre no mundo das artes demanda estudo constante, socialização entre pares, continuidade formativa, investimento em aquisição de conhecimentos e, a partir disso, o acervo cultural e diversificado acumulado para disponibilizá-lo aos estudantes.

Cortella e Diemenstein (2015) afirmam que quem disponibiliza blogs e sites sobre temas diversos, incorporando informações e ferramentas de busca, por exemplo, está exercendo a curadoria. Isso pois, parte-se da busca orientada, ou seja, a pesquisa, para depois estabelecer a preparação do material apurado de maneira que atenda ao contexto de aprendizagem das e dos estudantes. Por fim, compartilham-se os conhecimentos. Em tempos

de efervescência de notícias falsas, da disseminação de teorias de conspiração que questionam postulados científicos há muito sedimentados, curar conhecimentos passa a ser tarefa de importância educativa, social e política. Portanto, essa escolha precisa ser muito bem pensada, já que curar em português lusitano significa pensar. Em português lusitano se diz: você pode pensar nesse fermento para mim? E pensar é ser capaz de cuidar.

A era da curadoria passa a ser o tempo em que organizamos os espaços de convivência, de vida comum, estruturados em algumas instituições como a escola. Aqueles que são responsáveis por administrar e coordenar as atividades cotidianas no âmbito da escola se tornam curadores compulsoriamente, isto é, alguém que tem que curar (pensar) para repartir, alguém que precisa selecionar e defender os conhecimentos para torná-los disponíveis. Isso se aplica ao universo da escola e mais ainda ao universo digital, uma vez que idealizadores de sites, blogs, canais no Youtube e, sobretudo, os proprietários de redes sociais, de maneira geral, selecionam, sistematizam e disponibilizam conhecimentos em seus espaços.

Para Cortela e Dilmenstein (2015, p. 13), o curador não é curador porque retém ou porque “não passa adiante”, similar a “um guarda de museu, que não deixa o visitante chegar perto” ou um “proprietário que preserva a obra de arte dentro de uma casa”. Pelo contrário, para os autores, ele “não tem a visão de dono de uma propriedade, mas a visão integrante de um condomínio.” A partir desse entendimento em torno da função social do curador, observamos que há uma responsabilidade imensa atrelada ao ato de exercer curadoria e isso fica ainda mais evidente em contextos nos quais tanto os conhecimentos como as desinformações migram do universo digital e das tradicionais mídias de massa e passam a povoar os entre muros da escola.

Nessa pesquisa, o recorte se centra no cinema. Para tanto, identificamos a linguagem cinematográfica de massa como, historicamente, pródigo na disseminação de visões de mundo, em grande medida, unilaterais. Os lugares sociais de atores, eventos históricos e seus lastros para o presente são balizados, no cinema de massa, por visões etnocêntricas, desde seu aparecimento. A circulação desse tipo de obra é garantida há muito, por meio da televisão e, mais recentemente, pelos serviços de streaming, facilmente acessíveis para os estudantes das classes populares, frequentes em escolas públicas. A seguir, com base nessa perspectiva, apresentaremos outra possibilidade de utilização de narrativa cinematográfica, de acordo com os paradigmas da seleção, sistematização e disponibilização, característicos da curadoria, que poderiam ser utilizados para o diálogo com estudantes.

“A Última Abolição”: conhecimento histórico sobre resistência e questões do presente

De acordo com Silvio Almeida (2019), “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de conceito relacional e histórico.” Sendo assim a história do conceito raça torna-se, por sua vez, indispensável para pensarmos a construção política e econômica das sociedades contemporâneas. Almeida enxerga no momento histórico conhecido como Iluminismo, o período central para a comparação e posterior classificação dos diferentes grupos humanos, tendo por base suas características físicas e culturais, emergindo desse paradigma a dualidade entre civilizados x selvagens. Algo, do ponto de vista intelectual, na produção de discursos e política, na colonização de territórios, amplamente utilizado como subterfúgio para a subalternização das populações africanas e nativas das Américas. O processo de “civilizar” territórios e populações ditas “selvagens” resultou na histórica espoliação, contra a qual populações africanas e nativas das américas, bem como seus descendentes, vêm se insurgindo historicamente. Esses tensionamentos resultam na organização de coletivos em busca de reparação, ainda que essa seja uma tarefa dificultada pela histórica naturalização de privilégios estendidos à população branca.

A soma do racismo individual e sua versão institucional forma o dito racismo estrutural, cuja premissa é: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2019, p. 46). Quando temos instituições com regras que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros, isso se deve a uma estrutura social racista. Ao falarmos em instituições precisamos pensá-las com a natureza da ação dada sempre em duas frentes: públicas e privadas. Historicamente os serviços públicos e privados operaram com vistas à manutenção de uma ordem discriminatória baseada em privilégios concedidos à população branca. Nesse sentido torna-se importante lançar luz para o conceito de “discriminação positiva”, definida “como possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa” (ALMEIDA, 2019, p. 34). As políticas afirmativas, que permitiram o acesso de jovens pretos/as, pardos/as e indígenas à Universidade são expressões de discriminação positiva que precisam continuar operantes para a construção de uma sociedade menos racista e mais diversa. Esse movimento de democratização do ensino superior torna-se mais significativo à medida em que as discussões acerca da História e cultura dos povos africanos, sua escravização e desumanização se intensificam na educação

básica. Portanto, é necessário que o racismo seja tema de discussão nas escolas e não apenas no ensino superior.

No âmbito educacional, o combate ao racismo foi fortalecido com o advento da lei 10.639/03. Nela observa-se a obrigatoriedade do ensino sobre História e cultura afro-brasileira em todos os níveis da educação básica. No parágrafo segundo, há a ênfase de que o ensino sobre História e cultura afro-brasileira deverá ser ministrado em todo o currículo escolar, ou seja, docentes de todas as áreas do conhecimento precisarão contemplar em seus planejamentos esses conhecimentos. Pensando nisso sugerimos a seguir, o uso de um documentário como recurso didático.

O filme “**A Última Abolição**”¹, mote da presente análise, é obra de audiovisual cuja potência situa-se na constituição de narrativa do gênero documentário², mapeando a trajetória da escravidão e pós-abolição no Brasil. A ênfase dada, pelo filme, aos desdobramentos da escravidão e sua resistência, representa o foco da presente análise, pois “apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolveram pontos de vista diferentes sobre o tempo, o trabalho e sobre si mesmos. [...] sendo capazes de extrair de qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto, uma representação” (MBEMBE, p. 30, 2018).

A representação rica em simbolismos, de acordo com Mbembe, foi desenvolvida por meio da produção da cultura construída pelos artefatos, pelas danças, alimentos e por seus próprios corpos, repletos de arte. Ainda que seus corpos, em uma lógica colonial, proto-capitalista, pertencessem a outrem, sua vontade, sua fé e tradições, eram livres. Em “**A Última Abolição**” vemos a sedimentação da perspectiva de Mbembe, compartilhada em cada depoimento de ativistas do Movimento Negro Unificado, historiadoras(es), juristas e pensadores negros e negras, chamados a refletir sobre sua ancestralidade e sobre os desdobramentos históricos do processo de escravidão para o Brasil.

Cabe registrar a potência da escolha de uma narrativa de tal natureza para a condução de estudos a respeito da escravidão no Brasil. Historicamente, as telenovelas e até mesmo o cinema brasileiro dos circuitos comerciais, trabalhavam com a perspectiva de apagamento das

¹ **A última abolição**. Direção: Alice Gomez., ano: 2017. Brasil, documentário em cores.

² O gênero cinematográfico documentário tem sua história ligada ao aparecimento do cinematógrafo, já que um dos primeiros registros dos precursores do cinema, os irmãos Lumière, foi o de operárias(os) saindo de uma fábrica, ao fim do turno de trabalho. Ali o interesse era capturar a realidade, uma vez que, não houve roteirização, tampouco atuações. Com o passar das décadas, o cinema documental passa a ter uma técnica mais desenvolvida, associada a intencionalidades políticas, já que países como Inglaterra, França e Brasil possuíam divisões estatais para a produção e difusão de documentários.

vozes de negras e negros, imputando-lhes papéis subalternos dentro da constituição social de suas próprias vidas. Há de se observar que os filmes expressam a visão cinematográfica e as representações de mundo daqueles que os construíram, por essa razão seus códigos e visões podem ser amplificados ao serem apropriados pela audiência (BURCH, 2015). A partir dessa premissa, notamos que o cinema e audiovisual de maneira geral possuem o potencial de inculcar ideias e subsidiar consciências sobre os indivíduos e a sociedade, abrindo espaço para a desconstrução de estereótipos ou, na pior das hipóteses, para sua sedimentação.

O filme “**A Última Abolição**” opera na chave da desconstrução de estereótipos, quando analisa, por meio de depoimentos de especialistas em História, Ciências Sociais e Jurídicas, as contradições sociais resultantes da escravidão no Brasil. A veemente afirmação de que havia, sim, resistência operada por negras e negros à escravização é frequente na condução da narrativa. Estratégias como abortos feitos por mulheres escravizadas, a conquista de alforria de uma mulher ou homem que acabava se desdobrando na compra da alforria de outras mulheres e homens e as fugas para Quilombos são apresentadas no decorrer do filme. Mesclada a esses dados, a estética do filme, condensando gráficos com estatísticas sobre a escravidão no período colonial e os números da violência contra jovens negros no presente, proporciona para a audiência uma visão concreta, dada por meio dos números, daquele lastro histórico presente.

Há uma escolha narrativa, estética, sensorial e afetiva por parte da direção do filme, em dado momento da trama, no intuito de expor uma linha do tempo contendo as datas dos processos de abolição da escravidão, no mundo ocidental, ao som de Elza Soares entoando a canção **A carne mais barata do mercado é a carne negra**. Esse recorte de cena nos permite visualizar que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão. A amálgama de imagem e trilha sonora carrega uma potência factual que permeia as assimetrias sociais do presente no brasileiro e que deve ser problematizada pelos professores e professoras em sala de aula.

Há que se observar o papel das cores nas narrativas dramatizadas, mas também nas documentais como “**A Última Abolição**”. A escolha por apresentar os elementos gráficos e informativos, como os já mencionados dados estatísticos, mapas, excertos de jornais ou mesmo imagens históricas, por meio da cor vermelha, no filme, aponta para uma escolha estética que invoca a intensificação da dramaticidade dos processos de escravidão e seus desdobramentos no Brasil. Isso, pois, a cor é um elemento que pode ser manuseado expressivamente de acordo com escolhas daqueles que produzem e difundem os filmes

(BAZIN, 2018). Assim, o uso das cores³ articulado a outros elementos técnicos constituem um significativo resultado na concepção dramática da *mise-en-scène*, que pode ser lida como ambientação, parte fundamental da narrativa. A leitura dos simbolismos que emanam das cores, em “**A Última Abolição**”, acena para as múltiplas violências do passado e do presente envolvendo a comunidade negra brasileira.

Quanto aos gêneros, podemos afirmar que os estudantes e a comunidade escolar, de maneira geral, são diuturnamente mais afetados pelos filmes dramatizados do que pelos documentários, haja vista a programação dos canais de televisão aberta e dos catálogos de *streaming*. Por esse motivo, apresentar e difundir o gênero documentário passa a ser importante tarefa da curadoria docente, definindo bem as distinções e semelhanças entre os gêneros. O documentário sempre diferiu da ficção por estar “profundamente enraizado na capacidade de nos transmitir uma impressão de autenticidade. E essa é uma impressão forte, pois, quando acreditamos que o que vemos é testemunho do que o mundo é, isso pode embasar ou orientar nossa ação sobre ele.” (NICHOLS, 2010, p.19).

Há, inegavelmente, uma noção de representação social advinda dos documentários, o que os torna extremamente potentes quando utilizados como instrumentos a serviço da educação. Trazemos a proposta do trabalho pedagógico com “**A Última Abolição**” com o objetivo de promover discussões acerca dos desdobramentos da escravidão no Brasil, considerando seus aspectos narrativos e elementos gráficos, com o intuito de desconstrução da ideia de que não há racismo no Brasil e que todos os sujeitos são iguais perante à sociedade e ao Estado. Tais ideias voltadas a uma inventiva paridade social, dada entre as populações negra e branca, constantemente afirmadas pelo negacionismo e senso comum, assim como por recursos audiovisuais sem comprometimento com a historicidade dos eventos, devem ser problematizadas pela educação sistemática ocorrida no âmbito escolar.

Baseadas nessa perspectiva, propomos que professoras e professores trabalhem com esse documentário, seja fragmentado ou na íntegra, considerando a produção intelectual da negritude brasileira citada no filme, desde os irmãos Rebouças, notórios engenheiros, passando por José do Patrocínio, jurista e abolicionista, chegando a figuras contemporâneas como a pensadora Sueli Carneiro.

³ Em *Faça a coisa certa* Spike Lee, utiliza as cores quentes, vermelho e laranja, principalmente, para evocar as tensões raciais nos EUA. O acirramento das violências cometidas contra a população afro-americana desfila em tela por meio do calor emanado dos tons de vermelho e laranja.

Sueli Carneiro (2011), uma das vozes do documentário “**A Última Abolição**”, enfatiza em seu livro “**Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**”, que a pobreza brasileira tem cor. Ao analisar estatísticas de IDH, a autora compara as distinções entre a população composta por pardos e pretos e a população branca. Caso o IDH fosse aferido apenas considerando os dados da população branca, o Brasil ocuparia a posição 48 no ranqueamento de países, posição ocupada pela Costa Rica. Contudo, caso observássemos apenas os dados referentes a população de pretos e pardos, o Brasil despencaria para a posição 108, ocupada pela Argélia. A posição ocupada pelo Brasil é de número 78, o que indica como essas assimetrias sociais conspiram contra o desenvolvimento de pretos e pardos e de toda a nação.

Finalmente, vale destacar que a curadoria docente, talvez hoje, mais do que nunca, torna-se importante paradigma de resistência ao espraio de mentiras, cuja raiz costuma ser o negacionismo, seja da ciência, seja da historiografia. Para bell hooks (2020, p. 44) “fica mais do que evidente que a crise contemporânea é criada em parte por uma falta de acesso significativo à verdade. Ou seja: não somente se apresentam inverdades às pessoas como também essas inverdades são apresentadas de uma forma que as habilita a serem comunicadas de modo mais eficaz”.

As inverdades a respeito da inexistência do racismo no Brasil vêm sendo questionadas no presente, mas a escola precisa manter-se vigilante quanto à difusão desses discursos, em grande medida, advindos diretamente de autoridades políticas e, simbolicamente, dos meios de comunicação de massa, como o cinema. Nesse sentido é importante observarmos que o cinema, sobretudo, comercial de base ficcional, constitui-se como uma aprendizagem casual, que, por sua vez, proporciona aprendizagens diferentes daquelas sistematizadas. Por outro lado, há a aprendizagem intencional ou organizada, ocorrida no âmbito escolar, operada com finalidade específica. Na escola são dadas as condições concretas para que os conteúdos adquiridos de maneira casual possam ser problematizados para a construção do conhecimento reflexivo. Logo, a aprendizagem escolar promove a assimilação e decantação de conhecimentos ofertados de maneira organizada e sistematizada.

Por essa razão, a proposta pedagógica de uma leitura crítica dos audiovisuais serve tanto aos filmes que estudantes consomem em seu lazer, quanto para aqueles que, eventualmente, assistirão na escola. Corroboramos a perspectiva de Silva e Martinez (2021, p. 5) ao afirmarem que “a linguagem cinematográfica pode ser um caminho para ilustrar debates e produzir abordagens diversas do conhecimento”. Segundo os autores, essa atividade pode

ser feita por meio de “um eixo condutor constituído por um roteiro baseado em algum aspecto da cultura”. Desse modo, acreditamos que, ao recortarmos a realidade através de uma questão problematizadora ilustrada pelo cinema ou outros audiovisuais, podemos aprofundar diferentes questões da rede complexa que constitui a educação de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos, de diferentes classes sociais, etnias/raças, gêneros, orientações sexuais e ocupação territorial e linguística, entre outros aspectos da vida em sociedade.

Finalizamos com Achille Mbembe (p. 27, 2018) destacando que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão”. Portanto, o ensino sobre o que representou e representa a escravidão, precisa ser conduzido na Educação Básica, com o intuito de problematizar, de geração em geração, as nefastas consequências daquele modo produtivo baseado na subjugação e desumanização de seres humanos.

Considerações finais

A Lei 10.639, embora seja um importante mecanismo jurídico para a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica brasileira, não garante que essas temáticas serão de fato incorporadas às práticas docentes. As escolhas que professoras/es fazem, referentes aos temas e materiais que nortearão suas aulas, precisam ser enxergadas como uma curadoria de conhecimentos. Com base nisso, observamos que o cumprimento da lei 10.639 pode ser feito por meio de um sem número de materiais produzidos, preferencialmente, por pessoas negras, uma vez que suas vozes precisam ser ouvidas e espreiadas.

Ao estabelecermos uma relação entre arte e educação por meio do conceito de curadoria, importado do universo das artes, buscamos problematizar a atuação dos professores como agentes promotores de mediações artístico-culturais, isto é, como curadores. Logo, os docentes tornam-se responsáveis por selecionar, organizar e expor recursos artísticos para promover um pensar crítico, protagonista, rigoroso e fundamentado nos conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos para a leitura dos audiovisuais.

Defendemos que tanto o processo da produção das obras de arte quanto a mediação da linguagem artística são fundamentais para o desenvolvimento de uma epistemologia do olhar crítico sobre a apreciação do cinema e de outros recursos audiovisuais. Pontuamos que a escolha pelo cinema como campo de reflexão para a curadoria docente, assim como para a

realização dessa pesquisa, se justifica em razão de ser uma mídia complexa e linguagem híbrida com acesso e uso recorrente no âmbito escolar.

Advogamos que a oferta de audiovisuais para além da indústria de massa, sobretudo para a população escolar economicamente desprestigiada, cabe à instituição escolar e que a linguagem cinematográfica, principalmente o gênero documentário, possui uma força incomensurável para o trabalho crítico-reflexivo que visa a abordagem dos diversos conhecimentos no âmbito curricular. Finalmente, elegemos o documentário “**A Última Abolição**”, em razão de sua profundidade estética e narrativa, por trazer importantes elementos mediadores tanto para o acesso ao conhecimento curricular quanto para o favorecimento de temáticas promotoras da vida em uma sociedade antirracista para o corpo discente, docente e de toda a comunidade escolar. A conclusão que apresentamos é que a desumanização de mulheres, homens e crianças negras brasileiras no passado ainda lança seus tentáculos para o presente e por essa razão os preceitos da Lei 10.639 precisam ser colocados em prática.

Em suma, empreendemos nessa investigação a defesa pela atuação dos profissionais da educação básica como curadores do conhecimento artístico, em especial da linguagem audiovisual, por entendermos que eles/elas podem ser agentes da expansão do repertório artístico-cultural dos/das estudantes, sendo a nossa proposta a de uma epistemologia da construção do olhar crítico, para a leitura dos audiovisuais e para a construção de uma educação antirracista.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen Editora, 2019.
- BAZIN, André. O que é cinema. São Paulo: UBU editora, 2018.
- BURCH, Noel. Práxis do cinema. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- CARNEIRO. Sueli. Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.
- CORTELLA, Mario Sérgio; DILMENSTEIN Gilberto. A era da curadoria: o que importa é saber o que importa. Campinas: Papirus, 2015.
- GOMES, Nilma Lopes. Diversidade e Currículo. Indagações sobre o Currículo Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GONÇALVES, Rosângela Cristina. Quinze anos da Lei 10.639, avanços e retrocessos. Revista. Iberoamericana de Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas (SP), v. 4, n. 2, p. 434-439, jul./dez. 2018.

- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF, 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- MARMO, Alena Rizzi; LAMAS, Nadja de Carvalho. O curador e a curadoria. Palhoça: Revista Ciência em Curso. V.2, n.1, jan/jun. 2013.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições. 2020.
- NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Campinas: Papirus, 2010.
- SILVA, Thaís Conconi; MARTINEZ, Elias David Morales. Identidade, resistência e simbolismo no filme Onde sonham as formigas verdes (1984) de Werner Herzog. Revista Doc On-line, n. 29, março de 2021, www.doc.ubi.pt, pp. 5-32.